

Pelotões especiais de fronteira: As duas faces da mesma moeda.

Geovana Gabriela BARDESIO Bardesio, Letícia PINCELLI y Fabio BENTO Bento.

Cita:

Geovana Gabriela BARDESIO Bardesio, Letícia PINCELLI y Fabio BENTO Bento (2017). *Pelotões especiais de fronteira: As duas faces da mesma moeda*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/4201>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

Geovana Gabriela Bardesio

bardesio.g@outlook.com

Universidade Federal do Pampa

Brasil

Letícia Pincelli

leticiapincelli@gmail.com

Universidade Federal do Pampa

Brasil

Fábio Régio Bento

fabiovento@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Ao considerar o papel das fronteiras para o Estado, e as novas configurações que tem ocorrido no contexto atual, este trabalho se desenvolveu com o objetivo de compreender o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) para as comunidades locais em face ao seu posicionamento nacional. Uma vez que, o papel e o significado das fronteiras têm se modificado, atendendo as novas demandas. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, de cunho descritivo-qualitativo, onde foi utilizada a técnica de estudo de caso, para melhor compreensão do fenômeno. O objeto de análise do caso foi o 5 PEF, localizado no município de São Gabriel da Cachoeira - AM. Entende-se que as atividades desenvolvidas pelos PEF envolvem a complexidade do gerenciamento de um sistema de operações militares para a proteção e assistência da região Amazônica. Entretanto, este trabalho transborda as operações de caráter militar ao incorporarem e desenvolverem atividades que vão além da proteção do Estado. Nesse sentido, os PEF atuam no cerne do desenvolvimento regional, através de atividades voltadas para a saúde, educação e meio ambiente, e da própria vivificação da faixa de fronteira onde estão localizados, conforme observado ao tratar o caso do 5 PEF. Dessa forma, o resguardo da soberania nacional, função exercida pela fronteira para o Estado, se realizada através das Forças Armadas por meio de métodos diferentes aos tradicionais. Uma vez que, o uso da força militar (defensiva ou ofensiva) dá lugar a atividades que desenvolvem o exercício da cidadania, em lugares historicamente renegados pelo Estado, no que se refere a investimentos e provimento de políticas públicas. A importância dos PEF para a proteção das fronteiras e, conseqüentemente para a própria sobrevivência do Estado, é inegável. Pois, como assinalado por Bento (2012) a fronteira ordenada fortalece o Estado e protege a sua população, trabalho realizado pelos PEF. Ao mesmo tempo, em que se observa a função desenvolvimentista através do trabalho específico realizado nas comunidades fronteiriças.

ABSTRACT

In considering the role of borders for the state and the new configurations that have occurred in the current context, this work was developed with the objective of understanding the role of the Special Frontier Platoons (PEF) for local communities in face of their national positioning. Once the role and meaning of borders have changed, given the new demands. For that, a research of bibliographic nature, of descriptive-qualitative character, was carried out, where the technique of case study was used for a better understanding of the phenomenon. The object of analysis of the case was the 5 PEF located in the municipality of São Gabriel da Cachoeira - AM. It is understood that the activities developed by the PEF involve the complexity of managing a system of military operations for the protection and assistance of the Amazon region. However, this work transcends military operations by incorporating and developing activities that go beyond state protection. In this sense, the PEF act at the heart of regional development, through activities focused on health, education and the environment, and the very development of the border strip where they are located, as observed when dealing with the case of the 5 PEF. Thus, the protection of national sovereignty, a function exercised by the border's line for the State, was carried out by the Armed Forces through



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

methods different from the traditional ones. Since the use of military force (defensive or offensive) gives its place to activities that develop the exercise of citizenship, in places historically forsaken by the State on matters of investments and matters of public policies. The importance of the PEF for the protection of frontiers and, consequently, for the very survival of the State, is undeniable. For, as pointed out by Bento (2012), the orderly frontier strengthens the State and protects its population, work done by the PEF. At the same time, in which the developmental function is observed through the specific work carried out in the border communities.

Palabras clave: fronteira – PEF – desenvolvimento

Keywords ; border – PEF - development



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

No Brasil, a faixa de fronteira foi desenhada e redesenhada ao longo do tempo desde o século XIX (Machado *et. al*, 2005). A atual configuração foi dada pela lei nº 6.634/79 e ratificada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres como “faixa de fronteira”. Esta é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização são reguladas em lei (Brasil, 2010, s/p). Esta extensão territorial corresponde a 27% do território nacional e, atualmente, conforme Gadelha e Costa (2005) é considerada estratégica para a integração sul americana.

O território da faixa de fronteira brasileira distingue-se substancialmente do restante do território nacional em razão das suas particularidades de cunho histórico, econômico, político e social. Esta foi descrita por Gadelha e Costa (2005, p.27) como “pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social e, inobservância de cidadania, entre outros”.

Deve-se ainda considerar o fato das fronteiras territoriais dos Estados-Nação serem áreas estratégicas para defesa da soberania nacional (Bonfim, 2005). Nesse sentido, no Brasil, ao longo dos anos, nota-se ênfase na relação do Estado com este território no que se refere à questão de segurança. Tal característica esteve presente independentemente das mudanças governamentais ocorridas no país. E se evidencia através da estratégica e massiva disposição de forças militares no seu entorno periférico. Neste contexto, têm-se os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que dadas às especificidades dos territórios onde estão instalados, deixam de voltar-se exclusivamente a questões de segurança, passando a incorporar importantes funções sociais junto às comunidades locais. Dessa forma, o presente trabalho se desenvolve com o objetivo de compreender a relação entre o papel dos PEF para as comunidades locais em face ao seu posicionamento nacional.

O mesmo estrutura-se apresentando inicialmente uma breve discussão sobre o papel das fronteiras e as suas funções, e se desenvolve apresentando a Política Nacional de Defesa e os Pelotões Especiais de Fronteira, e analisando o caso do 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF),



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

localizado na região do município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Por último, apresentam-se as considerações.

II. Marco teórico/marco conceptual

O marco teórico deste trabalho busca apresentar uma síntese da teoria das fronteiras sob o prisma da geopolítica, mostrando a sua evolução histórica com evidencia as suas funções.

As fronteiras e as suas funções

Para compreender o papel das fronteiras e suas funções é importante conhecer a sua origem. Uma vez que a fronteira marcada de forma minuciosa não foi uma preocupação dos Estados na antiguidade como o é na atualidade. Conforme Mattos (2011) ainda no século XVII prevalecia à concepção de fronteira como faixa e não como línea, como é predominante na contemporaneidade. Conforme o autor, entre os séculos VIII e IX foram estabelecidas as marcas carolíngias, com o objetivo de proteger a Europa ocidental dos ataques bárbaros, durante o Império de Carlos Magno, no sentido de demarcação e separação. A linha fronteiriça surgiu apenas no século XIII, com o estabelecimento de uma comissão de limite, para demarcar o perímetro de abrangência de reinos disputados entre ingleses e escoceses. Ainda de acordo com o autor, para que a ideia de limite fosse aceita dessa forma foi necessário que se passassem mais de 100 anos.

A formulação de teorias sobre fronteiras se desenvolveu de forma recente na história. Mattos (2011) destaca Curzón, Mackinder e Haushofer como teóricos precursores desta temática. Curzón por defender a substituição das fronteiras de tensão pelo estabelecimento de Estados tampões, com o objetivo de amortecer choques e diluir tensões em regiões de disputa. Princípios estes implementados por Mackinder, ao participar das definições da conferência de Versalhes¹ em 1919. Portanto, conforme Mattos (2011) Curzón e Mackinder foram os responsáveis por defender o conceito de fronteira por um prisma defensivo. Enquanto que o conceito de fronteira sob a ótica

¹ A conferência de Versalhes estabeleceu a redivisão da Europa no pós-guerra.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ofensiva é atribuído a Haushofer, por defender que, as fronteiras não poderiam ser reguladas pelo princípio do direito internacional, mas serem expandidas, tanto quanto possível, de modo a garantir a sobrevivência do Estado (Mattos, 2011).

De acordo com Carvalho (2010) a linha periférica do território dos Estados constitui as fronteiras internacionais a qual busca estabelecer as bases para o fortalecimento do Estado em âmbito internacional. A fronteira tem as funções de separar, unir, isolar, aproximar e proteger o Estado (Bonfim, 2005). As fronteiras dos Estados configuram-se em regiões estratégicas no que diz respeito à própria manutenção da soberania nacional, cuja importância perpassa pelos âmbitos econômico, político, social e cultural.

Para Bento (2012) a fronteira ordenada fortalece o Estado e protege a sua população. Ainda de acordo com o autor, “a função da fronteira é evitar os crimes, filtrar o que sai e o que entra (...) Por isso, propor o enfraquecimento dos controles de fronteira não promove o fortalecimento da segurança dos povos que vivem nas bordas e miolo do Estado” (Bento, 2012, p.48). Conforme Mattos (2011, p.108) as fronteiras “definem a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida em que o espaço é poder, as relações de poder entre os estados”. No entanto, estas relações de poder têm se modificado no atual contexto da globalização, com a reconfiguração da ordem mundial a partir da intensificação dos fluxos comerciais e financeiros.

A teoria de fronteiras não ficou imune a estas mudanças, foi influenciada e, na atualidade, volta as suas discussões para as relações entre as escalas de poder local, regional e internacional. As atuais dinâmicas desafiam os sistemas tradicionais de controle territorial, uma vez que a faixa de fronteira assume papel fundamental no processo de integração regional. Conforme Machado *et. al* (2005, p.88) os novos condicionantes “tornam imperativa a mudança de perspectiva do Estado nacional em relação à fronteira continental”. No Brasil, o desafio do Estado é ajustar as suas políticas públicas à permeabilidade das fronteiras fomentando, concomitantemente, a articulação entre este território e as demais regiões do país (Machado *et. al*, 2005).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Trata-se de um trabalho de cunho descritivo-qualitativo (Gil, 2010; Rampazzo, 2002) que empregou a técnica de pesquisa bibliográfica, utilizando como subsídio a literatura corrente e obras de autores modernos para realizar a coleta de dados (Salvador, 1986). Com o objetivo de compreender a relação dos PEF com as comunidades onde estes se inserem, optou-se pela utilização da técnica de estudo de caso (YIN, 2010). Para tanto, selecionou-se o 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), localizado na região vulgarmente conhecida como “Cabeça do Cachorro” na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM como objeto de análise do presente trabalho. Esta escolha se deve ao fato desta ter sido objeto de estudo de trabalhos, como os de Miranda (2012), Miranda e Nascimento (2012) e Ozelim (2014) transformando a experiência em literatura especializada viabilizando a análise do objeto neste trabalho.

IV. Análisis y discusión de datos

Nesta sessão apresentam-se as diretrizes de defesa, a estrutura e função dos PEF e a análise do caso.

Política Nacional de Defesa (PND) no Brasil

Os imperativos da Defesa Nacional estão pautados no Brasil pelas diretrizes outorgadas pela Política Nacional de Defesa (PND), pela a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A PND e a END “assinalam responsabilidades na promoção do interesse nacional, em particular nos temas afetos a desenvolvimento e segurança do País” (Ministério da Defesa, 2012, p.51). Estas, evidenciam a necessidade de aproximação das inteligências e do planejamento conjunto através do diálogo entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. Já o LBDN expressa os principais pressupostos da defesa nacional, a sua organização, estratégias e ações com objetivo de evidenciar a capacidade de defesa do país no cenário nacional e internacional.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No Brasil, a PND representa os fundamentos, objetivos e princípios constitucionais do país, e, portanto, deve alinhar-se as aspirações nacionais e as orientações governamentais, particularmente a política externa brasileira, pautada na “solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana (Ministério da Defesa, 2011, p.11). Além disso, é preciso considerar a inserção internacional do país em um contexto com exigências cada vez maiores de articulação e adaptabilidade.

O novo contexto internacional exige adaptabilidade dos Estado para responder as novas demandas políticas, econômicas e sociais da atual sociedade global. Tal adaptabilidade também se reflete nas políticas de defesa e no entendimento de segurança que os Estados vão manter. Nesse sentido, a segurança antes vista apenas no viés da confrontação entre as nações passa a incorporar novos parâmetros aumentando gradualmente o escopo do seu conceito “abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros” (Ministério da Defesa, 2011, p.13).

Por essa razão, para as diretrizes políticas de defesa nacional, no Brasil, o conceito de segurança está relacionado a preservação da soberania nacional e integração territorial. Da mesma forma, é entendida como a condição que permite ao país promover os interesses nacionais e a garantia do exercício de direitos e deveres constitucionais aos seus cidadãos. Enquanto que, a defesa nacional está atrelada ao conjunto de medidas e ações do Estado, especialmente voltado ao campo militar e de defesa territorial, dos interesses nacionais e da soberania (Ministério da Defesa, 2011).

Nesse sentido, a PND destaca que o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões do território nacional, porém, apresenta destacadamente áreas que considera vitais como prioridade. Apontando as regiões com maior concentração de poder político e econômico, a Amazônia e o Atlântico Sul como regiões prioritárias.

Especialmente no que se refere a Amazônia brasileira, que devido ao seu grande potencial de riquezas minerais e da sua biodiversidade, desperta o foco da atenção internacional para a região, a PND aponta o adensamento da presença do Estado ao longo de toda a fronteira do país como condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Entre as principais



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dificuldades estão a baixa densidade demográfica e as longas distâncias para garantir a presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira nessa região. Esta última é apresentada, juntamente com a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos como aspectos essenciais para o desenvolvimento e para a integração da região (Ministério da Defesa, 2011).

Consoante a esse aspecto, a Estratégia Nacional de Defesa (END) é apontada como inseparável a estratégia nacional de desenvolvimento. Uma vez que, conforme o próprio Ministério da Defesa (2011) ambas se reforçam e complementam, destacando os aspectos relacionados a nacionalidade por meio do qual se constrói a Nação. E por esse motivo, assinala que o Brasil deve ter “capacidade para o construir seu modelo próprio de desenvolvimento (Ministério da Defesa, 2011, p.43).

Dentro da END atrelada a capacidade de monitorar/controlar e responder rapidamente a qualquer ameaça ou agressão está a denominada mobilidade estratégica. A qual é entendida como:

a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito – reforçada pela mobilidade tática – entendida como a aptidão para se mover dentro daquela região – é o complemento prioritário do monitoramento/ controle e uma das bases do poder de combate, exigindo, das Forças Armadas, ação que, mais do que conjunta, seja unificada (Ministério da Defesa, 2011, p.47).

Segundo o Ministério da Defesa (2011) dada a vastidão do espaço a ser defendido e a escassez dos meios para defendê-lo, o imperativo da mobilidade ganha importância decisiva e, portanto, estratégica a defesa nacional. Razão pela qual, a mobilidade é o instrumento apontado para superar o efeito prejudicial das limitações que envolvem o esforço de presença do Estado, por meio do adensamento de unidades da Marinha, do Exército e da Força Aérea nas fronteiras.

A priorização da região amazônica dentro da END está atrelada a exigência de avançar dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável que passe pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença. A flexibilidade como conceito a ser desenvolvido no combate como requisito para atender a esse trinômio, exige que as forças convencionais, especialmente as terrestres, cultivem e desenvolvam predicados atribuídos a forças não convencionais. Estas, porém,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

não se tratam de adaptações a especificidades geográficas das áreas prioritárias, senão que de uma resposta a vocação estratégica geral (Ministério da Defesa, 2011).

A declaração da então Presidenta Dilma Rousseff na apresentação do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) expressa que este significa um convite ao diálogo e a reflexão, e indica que o mesmo tem o intuito de evidenciar a associação entre Defesa e Democracia no país, tornando as estratégias e diretrizes da política de defesa acessíveis tanto a população nacional como a comunidade externa (Ministério da Defesa, 2012). Dentre os aspectos relacionados a defesa e sociedade pode-se destacar a Estratégia Braço Forte, composta do Plano de Articulação e do Plano de Equipamento. O primeiro se refere a concepção estratégica de emprego, presença e dissuasão por meio do posicionamento de efetivos e compreende os programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria. Já o segundo, abrange os programas de Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro.

O conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia envolve o Programa Amazônia Protegida, através do qual se resguardam as ações dos Pelotões Especiais de Fronteira (Ministério da Defesa, 2012).

PEF: contexto e propósitos

Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são parte de uma missão institucional, desenvolvida pelo Manual de Instruções Provisórias (IP: 72-20). A estes são atribuídas determinadas funções, cuja natureza tem relevância fundamental para as regiões de fronteiras nacionais, bem como no resguardo destas. Conforme Miranda (2012) o trabalho desenvolvido pelas forças militares brasileiras nas regiões fronteiriças, sobretudo, no contexto da Amazônia, não se limitam apenas às atividades militares de combate, a estes são também atribuídas funções de caráter social, a fim de proporcionar melhores condições de vida às populações das regiões onde se instalam.

Conforme Miranda (2012) os PEF se caracterizam pela prestação de serviços as comunidades próximas ao aquartelamento, além do desenvolvimento das atividades complementares previstas nos manuais próprios da instituição. Ainda conforme o autor, as



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

especificidades dos PEF se cristalizam na tríade da Soberania, que envolve os componentes vida, combate e trabalho. Nesta perspectiva, a “Vida são as atividades relacionadas a sobrevivência dos PEF, o Combate, as atividades afins da defesa, e o Trabalho, está ligado a prestação de serviços aos PEF e as comunidades” (Miranda, 2012, p.123).

Imagem 1 – Pelotões e Brigadas de Fronteira no Brasil



Fonte: internet

Além disso, são encarregados de prover proteção às zonas de fronteiras, e participantes ativos para a contribuição e manutenção da “vivificação” destes locais. De acordo com Nascimento e Sá (2008), de modo geral, os PEF devem: a) marcar a presença do Estado, servindo como ponto de controle, b) fixar a presença do homem no território, c) servir como base para a formação de aglomerados urbanos.

O PEF por meio dessas ações procura levar serviços de saúde, educação e cidadania a essas localidades, nessas atividades são prestados serviços de atendimento médico e odontológico, fornecimento de documentação (carteira de identidade e de trabalho), serviço de barbearia, distribuição de medicação gratuita, recreação infantil, divulgação institucional da Força Terrestre, entre outras atividades. Algumas dessas atividades são desenvolvidas com apoio das prefeituras locais ou do governo do Estado, por meio de suas secretarias de município e de estado (MIRANDA, 2012, p.119).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os PEF, de acordo com Miranda (2012), são desenvolvidos em um tipo de estrutura, semelhantes a pequenas unidades que desempenham suas funções com certa independência. Nesse sentido, o seu ordenamento é composto por: um comando, que nesse caso corresponde a um Oficial Tenente, o qual possui um Estado-Maior e também por uma equipe de comando e serviços. Além disso, existem turmas correspondentes a estes, as quais são encarregadas das funções: administrativas, de manutenção, suprimento, saúde, entre outros.

No que se refere às missões de combate desenvolvidas pelos PEF, Miranda (2012) salienta que estas estão correlacionadas com à proteção dos pontos limitados das áreas de fronteiras com o reconhecimento de áreas ou frentes, e eixos terrestres e fluviais. As atuações podem ser realizadas em missões ofensivas e defensivas, cujo tempo de duração é menor. No entanto, para otimizar o desempenho da estratégia de atuação dos PEF no âmbito do Plano Amazônia Protegida (PAP), conforme Miranda e Nascimento (2012) é preciso combater a carência de equipamentos de comunicação e o aparato de proteção destas áreas. Para tanto, se faz necessário a implantação de um sistema moderno de vigilância, bem como de controle e mobilidade, para que seja possível atingir a área do espaço aéreo brasileiro em baixa altitude.

A articulação entre as Forças Militares é incentivada e tem por objetivo interligar entre si, ao longo da faixa de fronteira, no sentido horizontal, todos os PEF, ampliando o sistema de vigilância e intensificando a presença militar na linha de fronteira, os PEF se comunicarão em profundidade no território nacional com sub-unidades estrategicamente posicionadas além dos 150 Km² estabelecidos pela Constituição, mas em profundidade ainda estarão posicionado os Batalhões e em seguida as Brigadas, conforme o destaque apresentado na Ordem de Batalha abaixo (MIRANDA e NASCIMENTO, 2012, p.17)

Via de regra, a atuação das Forças Armadas (FA) se concentra, em assuntos de interesse nacional como defesa do Estado e proteção da soberania nacional, dentre às áreas que atuação das FA se tem as que correspondem a região da Amazônia Brasileira. Entretanto, destacadamente na região amazônica, as FA têm desenvolvido um importante trabalho em prol da comunidade local, sobretudo através de ações estratégicas, diante dos eminentes interesses mundiais de internacionalização. No que tange às suas atividades de cunho social, o principal trabalho desenvolvido pelo exército, conforme Ozelim (2014) se dá na área da saúde, na área da educação e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

preservação ambiental, sendo estes temas de grande relevância para a manutenção e desenvolvimento da sociedade de modo geral.

Em relação ao meio ambiente e a preservação da floresta amazônica, vários acordos e convênios estão firmados entre as Forças Armadas e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as polícias especializadas e outros órgãos, para o fornecimento de apoio logístico nas atividades de fiscalização ambiental. Junto às comunidades fazem trabalhos de limpeza, recuperação de áreas verdes e plantio de árvores (OZELIM, 2014, p.29).

Segundo Nascimento e Sá (2008), os PEF contam com uma estrutura elementar, a qual contém pista de pouso e decolagem, sendo estas as responsáveis por garantir o suprimento da comunidade local. Além disso, também situam-se pavilhões de terceiros, local onde é atribuído o desempenho da ação dos governos, a qual se subdivide entre seus vários ministérios encarregados por cada tema, sendo eles: saúde, educação, relações exteriores, justiça, entre outros. Em conjunto, se verifica a atuação de outros órgãos governamentais como: Polícia Federal, Abin, Funai, Inbra, etc. A presença destes órgãos institucionais reafirmando a presença do Estado na região.

PEF: o caso da comunidade cabeça do cachorro

O 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF) está localizado na região conhecida como “Cabeça do Cachorro” na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM. O seu aparato é composto por um Pavilhão Comunitário, que desempenha uma importante função social na comunidade. O pavilhão presta serviços como: cartórios, bancos, escolas, creches, postos de saúde, entre outros para a comunidade local, formada majoritariamente por uma população indígena.

Imagem 1 – Localização de São Gabriel da Cachoeira

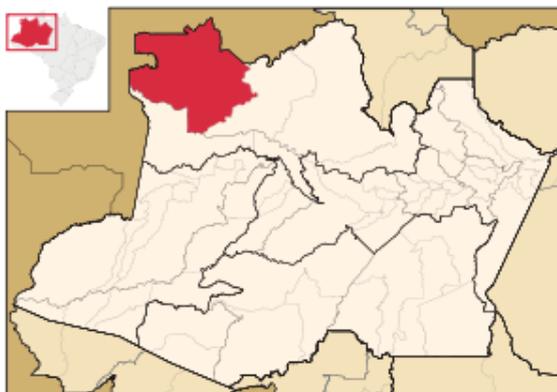


XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



Fonte: internet

Conforme Ozelim (2014) a população desta comunidade de caracteriza da seguinte maneira:

O município de São Gabriel da Cachoeira conta com uma população significativa, depois da indígena, de missionários religiosos brasileiros e estrangeiros e de militares das Forças Armadas, principalmente do Exército Brasileiro, considerando tratar-se de uma área de Segurança Nacional e a necessidade de combater o narcotráfico, a exploração ilegal da biodiversidade e de minérios, bem como proteger a floresta amazônica (OZELIM, 2014, p.22).

A atuação das FA na região da Amazônia se faz possível, conforme Ozelim (2014), através do Programa Calha Norte. Este programa se desenvolve através do aparato do Estado, e suas atividades estão voltadas para as áreas de educação e saúde, e para a implementação de estradas e pontos de acesso, com a finalidade de proporcionar maior qualidade de vida para a comunidade local.

De acordo com Nascimento e Sá (2008) a região do 5 PEF tem por principal modalidade de relação mercantil à atividade do escambo. Nesse âmbito, o trabalho remunerado é incomum, haja vista o prevalecimento do escambo, o qual se dá através do próprio pelotão. Sendo comum a troca de objetos como vestuário, por cultivos indígenas. Além disso, serviços prestados pela comunidade indígena são restituídos com bens materiais. Desse modo, Varella (2006) aponta que os programas de seguridade social, que nesse sentido abrange o sistema de previdência social que se dá por via



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

das aposentadorias são raros nesses contextos, assim como os programas federais que visam à distribuição de renda. A situação ocorre da mesma forma, ou seja, não chegam até eles.

Nessa perspectiva, Varella (2006) indica um grave problema de saúde pública presente na comunidade do 5 PEF. Trata-se da entrada de vetores da globalização, como por exemplo: televisão, computador, a própria energia elétrica, que tem exercido influência sobre os valores culturais locais. O autor aponta para o fato de estes vetores terem influenciado o consumo expressivo de bebidas alcoólicas, ao ponto do alcoolismo ser diagnóstico freqüente na comunidade. A incitação à violência é outro comportamento enfatizado pelo autor, que assinala que a partir de tais influencias observa-se na comunidade local um mal estar social que afeta diretamente a vida dos povos daquela região, transformando-se em uma questão de saúde pública.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

Ao considerar o papel das fronteiras para o Estado-Nação, e as novas configurações que tem ocorrido no contexto atual, devido, principalmente, a globalização, este trabalho se desenvolveu com o objetivo de compreender o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) para as comunidades locais em face ao seu posicionamento de defesa da soberania nacional. Já que, o papel e o significado das fronteiras têm se modificado ao longo do tempo passando a atender também a novas demandas além de das já tradicionais. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, de cunho exploratório e descritivo, com um viés qualitativo, onde foi utilizada a técnica de estudo de caso, para melhor compreensão do fenômeno. O objeto de análise do caso foi o 5º PEF, localizado no município de São Gabriel da Cachoeira - AM.

Entende-se que as atividades desenvolvidas pelos PEF envolvem a complexidade do gerenciamento de um sistema de operações militares para a proteção e assistência da região Amazônica. Entretanto, o trabalho desenvolvido pelos PEF transborda as operações de caráter militar ao incorporarem e desenvolverem atividades que vão além das próprias relativas à proteção do Estado. Nesse sentido, os PEF atuam no cerne do desenvolvimento regional, através de atividades voltadas para a saúde, educação e meio ambiente, e da própria vivificação da faixa de fronteira onde estão localizados, conforme observado ao tratar o caso do 5 PEF. Dessa forma, o resguardo da soberania nacional, função exercida pela fronteira para o Estado, se realizada através das FA por meio de métodos diferentes aos tradicionais, uma vez que, o uso da força militar (defensiva ou ofensiva) dá lugar a atividades que desenvolvem o exercício da cidadania, em lugares historicamente renegados pelo Estado, no que se refere a investimentos e provimento de políticas públicas.

A importância dos PEF para a proteção das fronteiras e, conseqüentemente para a própria sobrevivência do Estado, é inegável. Pois, como assinalado por Bento (2012) a fronteira ordenada fortalece o Estado e protege a sua população, trabalho realizado pelos PEF. Ao mesmo tempo, em que se observa a função desenvolvimentista através do trabalho específico realizado nas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comunidades fronteiriças promovidos pelos PEF. E tal qual disposto na PDN e na END observando-se consonância entre as diretrizes estimadas, as metodologias utilizadas e os resultados alcançados no trabalho de defesa, segurança e desenvolvimento. Entretanto, é importante ressaltar que dadas as condições de logística e infraestrutura em razão do posicionamento geográfico, o trabalho realizado representa um importante avanço para as comunidades locais, embora ainda não se tenha contemplado a totalidade da abrangência territorial nem tampouco das necessidades das localidades. As estimativas de aumento do contingente militar na Amazônia, incluindo o estabelecimento de novos PEF ao longo da fronteira demonstram que ainda há trabalho a ser realizado para garantir a defesa e a segurança e levar desenvolvimento, pautado na melhoria da qualidade de vida da população a essas regiões do país. Se os PEF cumprem um importante papel nacional no que tange o resguardo do território nacional e da soberania da nação, no nível local para as comunidades onde se inserem representam o acesso a serviços essenciais de saúde, educação e cidadania. Trata-se das duas faces de uma mesma moeda.

A partir disso, as reflexões que podem ser realizadas dizem respeito aos impactos culturais que estas diretrizes estado-centristas desenvolvem nessas comunidades. É inevitável realizar questionamentos que versem sobre o que podemos chamar de aculturação dessas populações, e, até mesmo, sobre a inserção de novos paradigmas, incluindo o desenvolvimentista nessas comunidades de características autóctones. Dadas as especificidades geográficas que dificultam o acesso às localidades onde se inserem os PEF ainda são poucos os estudos realizados sobre o tema e que poderiam ajudar a responder as questões ainda pendentes referentes a esses impactos e ao modo como essas populações percebem a atuação dos militares e do Estado sobre elas e seu modo de vida. Trata-se de um objeto de estudo muito rico, e com este trabalho espera-se despertar o interesse de estudantes e pesquisadores para o desenvolvimento de estudos que contribuam para o entendimento desta realidade.

VI. Bibliografía



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BENTO, F.R. Fronteiras, significado e valor - a partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento. **Revista Conjuntura Austral**. ISSN: 2178-8839, Vol. 3, nº. 12, Jun.Jul 2012.

BONFIM, U. C. **Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Geopolítica. Ensino a distância CPEAEx/EAD. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Secretaria especial de editoração e publicações. Subsecretaria de edições técnicas. Brasília, 2010

_____. Lei 6.634 DE 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acessado em: outubro de 2016.

GADELHA, C.A.G ; COSTA, L. A Política de Integração e Desenvolvimento das Fronteiras: O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF. In: OLIVEIRA, T.C.M. **Território sem Limites: Estudo sobre Fronteiras**. Campo Grande, MS. Ed.UFMS, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, L; HAESBAERT, R; RIBEIRO, L; STEIMAN, L; PEITER, P; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual- metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M. **Território sem Limites: Estudo sobre Fronteiras**. Campo Grande, MS. Ed.UFMS, 2005

MATTOS, M. C. **Geopolítica**. Volume 1. Biblioteca do exercito. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas (FVG), 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasil, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasil, 2012.

MIRANDA, W.D. **DEFESA E EXÉRCITO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: Um estudo sobre a constituição dos Pelotões Especiais de Fronteira**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2012.

MIRANDA, W. D. ; NASCIMENTO, D. M. . **A Defesa Nacional e a Proteção da Amazônia: A Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Amazônia Protegida**. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra). p.16-17.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

NASCIMENTO, M.; SÁ. A.. 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA:
TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES NA “CABEÇA DO CACHORRO-AM”.
Revista de Geografia (Recife), América do Norte, 2330 11 2008. p.41-42.

OZELIM, D. J. **A presença de médicas e médicos na —Cabeça do Cachorro: uma pedra no meio do caminho entre a Segurança Nacional, a Defesa Nacional, o Desenvolvimento Regional e o Bem Comum** / Coronel Médico do Exército Brasileiro Juvenal Donizete Ozelim - Rio de Janeiro: ESG, 2014. p.28

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SALVADOR, A.D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Elaboração e relatório de estudos científicos. 11 Ed. Ampliada. Porto Alegre, Sulina, 1986.

VARELLA, D. **A última fronteira in Verde Oliva** – Exército Brasileiro. Ano XXXIII. Nº 188. Abr/Mai/Jun 2006. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.p.12-13

_____. **Amazônia Protegida. O Exército Brasileiro e a Amazônia**. Brasília: Pancrom. 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.